

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 045/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO ROMÃO/MG, com sede na Av. Eustáquio Martins, 1.111, Valdir Ribeiro, São Romão/MG, CNPJ 24.891.418/0001-02, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Marcelo Meireles de Mendonça, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014 e demais disposições legais aplicáveis, resolve registrar os preços apresentados pela empresa **LIDER PNEUS LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 00464331/0001-82, estabelecida na Rua Maximiliano Pereira, nº. 285, Edgar Pereira, Montes Claros/MG, a seguir denominada FORNECEDOR, classificado em SEGUNDO lugar, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. Sérgio Gontijo, inscrito no CPF sob o número 371.738.556-91, residente e domiciliado na Rua Maximiliano Pereira, nº. 285, Edgar Pereira, Montes Claros/MG, resolvem assinar a presente Ata, como especificado no seu objeto, em conformidade com o **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 054/2021**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2021**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, regido pela Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1. DO OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores, para atender à frota municipal.

Parágrafo Único - Integram esta Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos, o Termo de Referência do edital de licitação e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA no **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 054/2021**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2021**.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação de seu extrato. Nos termos do § 4º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o Município não será obrigado a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar para tanto, outros meios, desde que permitidos por lei, sem que de fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O gerenciamento deste instrumento caberá ao Município, no seu aspecto operacional e à Coordenação Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1 - Os itens, as especificações, unidades e os preços unitários estão registrados na tabela abaixo:

Item	Descrição	UN	Marca	Qtde	Valor	Valor Total
001	PNEUS 1000/20 - UNIDADE - 7051	UNIDADE	ANTEO/PIRELLI	60.00	1.300,00	78.000,00
002	PNEUS 1000/20 BORRACHUDO - UNIDADE - 16356	UNIDADE	ANTEO/PIRELLI	60.00	1.640,00	98.400,00
003	PNEUS 275/80 R 22.5 - UNIDADE - 7052	UNIDADE	ANTEO/PIRELLI	45.00	2.040,00	91.800,00
004	PNEUS 275/80 R 22.5 BORRACHUDO - UNIDADE - 16357	UNIDADE	ANTEO/PIRELLI	45.00	2.205,00	99.225,00
005	PNEUS 900/20 - UNIDADE - 7053	UNIDADE	ANTEO/PIRELLI	40.00	1.159,00	46.360,00
006	PNEUS 900/20 BORRACHUDO - UNIDADE - 16358	UNIDADE	ANTEO/PIRELLI	40.00	1.180,00	47.200,00
007	PNEUS 215/75 ? 17.5 - UNIDADE - 16359	UNIDADE	PIRELLI/FORMULA	30.00	849,00	25.470,00
008	PNEUS 235/70 R 16 - UNIDADE - 7056	UNIDADE	PIRELLI/FORMULA	40.00	720,00	28.800,00
009	PNEUS 175/70 R 13 - UNIDADE - 7057	UNIDADE	DUNLOP	40.00	315,00	12.600,00
011	PNEUS 17.5/25 - UNIDADE - 7058	UNIDADE	TITAN	30.00	3.880,00	116.400,00
012	PNEUS 1400/24 - UNIDADE - 7060	UNIDADE	TITAN	20.00	3.089,00	61.780,00
013	PNEUS 12.5/80 ? 18 - UNIDADE - 16361	UNIDADE	TITAN	20.00	1.864,00	37.280,00
014	PNEUS 10.5/80-18 - UNIDADE - 16362	UNIDADE	TITAN	20.00	1.390,00	27.800,00
015	PNEUS 14 ? 9 - 28 - UNIDADE - 16363	UNIDADE	TITAN	12.00	2.900,00	34.800,00
016	PNEUS 750 ? 16 - UNIDADE - 16364	UNIDADE	ANTEO/PIRELLI	12.00	840,00	10.080,00
017	PNEUS 18-4-30 - UNIDADE - 16365	UNIDADE	FIRESTONE	24.00	4.020,00	96.480,00
018	PNEUS 12-4-24 - UNIDADE - 16366	UNIDADE	TITAN	24.00	1.849,00	44.376,00
019	PNEUS 225/75 R 16 - UNIDADE - 7065	UNIDADE	GOODYEAR	32.00	860,00	27.520,00
020	PNEUS 265/70 R 16 - UNIDADE - 7067	UNIDADE	PIRELLI/FORMULA	30.00	920,00	27.600,00
021	PNEUS 80/90 ? 21 - UNIDADE - 16367	UNIDADE	MAGGION	10.00	340,00	3.400,00
022	PNEUS 90-90-02 - UNIDADE - 16368	UNIDADE	MAGGION	6.00	309,00	1.854,00
023	PNEUS 120/80 - 18 - UNIDADE - 16369	UNIDADE	MAGGION	10.00	400,00	4.000,00
027	PNEUS 185/65 R 14 - UNIDADE - 7076	UNIDADE	PIRELLI/FORMULA	40.00	390,00	15.600,00
028	PNEUS 175/70 R 14 - UNIDADE - 7078	UNIDADE	PIRELLI/FORMULA	65.00	330,00	21.450,00
031	CAMARAS 1000X20 - UNIDADE - 16374	UNIDADE	MAGNUM	30.00	102,00	3.060,00
032	CAMARAS 275/80 - 22.5 - UNIDADE - 16375	UNIDADE	MAGNUM	30.00	200,00	6.000,00
033	CAMARAS 900X20 - UNIDADE - 16376	UNIDADE	MAGNUM	30.00	98,00	2.940,00
034	CAMARAS 750/16 - UNIDADE - 16421	UNIDADE	MAGNUM	80.00	67,00	5.360,00
035	CAMARAS 235/70 ? 16 - UNIDADE - 16377	UNIDADE	MAGNUM	32.00	100,00	3.200,00
036	CAMARAS 175/70-13 - UNIDADE - 16378	UNIDADE	MAGNUM	40.00	68,00	2.720,00
037	CAMARAS 1400/24 - UNIDADE - 16381	UNIDADE	MAGNUM	50.00	370,00	18.500,00
038	CAMARAS 12.5/80 ? 18 - UNIDADE - 16382	UNIDADE	MAGNUM	50.00	240,00	12.000,00
039	CAMARAS 14/9-28 - UNIDADE - 16380	UNIDADE	MAGNUM	24.00	340,00	8.160,00
040	CAMARAS 750 ? 16 (COM BICO DE FERRO) - UNIDADE - 16383	UNIDADE	MAGNUM	80.00	110,00	8.800,00
041	CAMARAS 225/75 ? 16 - UNIDADE - 16384	UNIDADE	MAGNUM	32.00	110,00	3.520,00
042	CAMARAS 265/70 ? 16 - UNIDADE - 16385	UNIDADE	MAGNUM	32.00	110,00	3.520,00
043	CAMARAS 80/90 ? 21 - UNIDADE - 16386	UNIDADE	BRP	20.00	50,00	1.000,00

044	CAMARS 120/80 ? 18 - UNIDADE - 16387	UNIDADE BRP	6.00	51,00	306,00
045	CAMARAS 305/75 ? 24.5 - UNIDADE - 16388	UNIDADE MAGNUM	16.00	297,00	4.752,00
046	CAMARAS 175/70 ? 14 - UNIDADE - 16389	UNIDADE MAGNUM	80.00	65,00	5.200,00
047	CAMARAS 195/65 ? 15 - UNIDADE - 16390	UNIDADE MAGNUM	80.00	69,00	5.520,00
048	CAMARAS 185/65 - 14 - UNIDADE - 16391	UNIDADE MAGNUM	80.00	69,00	5.520,00
049	CAMARAS 18/4-30 - UNIDADE - 16392	UNIDADE MAGNUM	50.00	390,00	19.500,00
050	CAMARAS 10/05-18 - UNIDADE - 16393	UNIDADE MAGNUM	40.00	230,00	9.200,00
051	CAMARAS 12/4-24 - UNIDADE - 16402	UNIDADE MAGNUM	50.00	230,00	11.500,00
052	CAMARAS 90/90 -19 - UNIDADE - 16394	UNIDADE BRP	6.00	49,00	294,00
053	CAMARAS 120/80-17 - UNIDADE - 16395	UNIDADE BRP	6.00	49,00	294,00
054	PROTETORES PARA CAMARAS 1000X20 - UNIDADE - 16396	UNIDADE SBN	100.00	73,00	7.300,00
055	PROTETORES PARA CAMARAS 900X20 - UNIDADE - 16397	UNIDADE SBN	100.00	73,00	7.300,00
056	PROTETORES PARA CAMARAS 235/70 ? 16 - UNIDADE - 16398	UNIDADE SBN	50.00	55,00	2.750,00
057	PROTETORES PARACAMARAS 1400/24 - UNIDADE - 16399	UNIDADE SBN	50.00	135,00	6.750,00
058	PROTETORES PARA CAMARAS 750 ? 16 - UNIDADE - 16400	UNIDADE SBN	50.00	56,00	2.800,00
059	CAPAS PARA PNEUS TRATORES 18-4-34 - UNIDADE - 16401	UNIDADE IMPORTADA	12.00	2.300,00	27.600,00
060	CAPAS PARA PNEUS TRATORES 14-9-24 - UNIDADE - 16403	UNIDADE IMPORTADA	12.00	1.850,00	22.200,00
061	CAPAS PARA PNEUS TRATORES 750-18 - UNIDADE - 16404	UNIDADE IMPORTADA	12.00	650,00	7.800,00
062	PNEUS 1000/20 EXCLUSIVO PARA ME EPP OU EQUIPARADAS - UNIDADE - 16556	UNIDADE ANTEO/PIRELLI	20.00	1.300,00	26.000,00
063	PNEUS 1000/20 BORRACHUDO EXCLUSIVO PARA ME EPP OU EQUIPARADAS - UNIDADE - 16557	UNIDADE ANTEO/PIRELLI	20.00	1.640,00	32.800,00
064	PNEUS 275/80 R 225 EXCLUSIVO PARA ME EPP OU EQUIPARADAS - UNIDADE - 16558	UNIDADE ANTEO/PIRELLI	15.00	2.040,00	30.600,00
065	PNEUS 275/80 R 225 BORRACHUDO EXCLUSIVO PARA ME EPP OU EQUIPARADAS - UNIDADE - 16559	UNIDADE ANTEO/PIRELLI	15.00	2.205,00	33.075,00
066	PNEUS 175/25 EXCLUSIVO PARA ME EPP OU EQUIPARADAS - UNIDADE - 16560	UNIDADE TITAN	10.00	3.880,00	38.800,00
069	PNEUS 18-4-30 EXCLUSIVO PARA ME EPP OU EQUIPARADAS - UNIDADE - 16566	UNIDADE FIRESTONE	8.00	4.020,00	32.160,00
070	PNEUS 12-4-24 EXCLUSIVO PARA ME EPP OU EQUIPARADAS - UNIDADE - 16568	UNIDADE TITAN	8.00	1.849,00	14.792,00

4.2 - Valor total : R\$1.494.868,00(um milhão quatrocentos e noventa e quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais).

4.3 – Os valores consignados no contratado serão reajustados após 12(doze) meses de vigência a contar da data de assinatura, utilizando-se o índice do IGP-M/FGV conforme legislação aplicável;

4.4 - Os valores consignados no Contrato poderão ser alterados nos termos da alínea “d”, inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, desde que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro, devendo o contratado manter sua proposta pelo período mínimo de 60(sessenta) dias após sua apresentação;

4.5 – O reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser solicitado antes da remessa da ordem de fornecimento.

4.6 - Para a solicitação e comprovação do reequilíbrio econômico-financeiro a Adjudicatária ou Contratada deverá:

- a) indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra no Contrato, com descrição completa e número do item;
- b) apresentar nota(s) fiscal(is) emitida(s) em data próxima à apresentação da proposta e outra de emissão atual(data de solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro);
- c) Indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro;
- d) Sem a apresentação das informações indicadas nas alíneas “a”, “b” e “c”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.
- e) O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

4.7 - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

5. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Comparecer quando convocado no prazo máximo de 03 (tres) dias úteis, contados da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços, sob pena de multa de 2% (dois por cento) ao dia, sobre o valor a ela adjudicado.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços para a aquisição será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação.

Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

No caso de descumprimento (não assinatura), o Município se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor. Na ata de Registro de Preços constarão todas as obrigações, direitos e deveres estabelecidos no edital.

A minuta da Ata de Registro de Preços, a ser assinada pelo licitante vencedor, estará disponível no setor de licitações do Município.

É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços.

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Município poderá rescindir esta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta Ata de Registro de Preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados.

Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia dos Materiais, anteriormente ao cancelamento.

Caso o Município não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

É vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do Registro de Preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização do Município.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - A contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nesta licitação, devendo comunicar ao Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

6.2 – A contratada se obriga a assumir, de imediato e às suas expensas, qualquer dos itens do objeto contratual, caso fique impossibilitada de prestá-lo diretamente ou por meio da rede conveniada;

6.3 - A Contratada se obriga a entregar na sede do município, nos locais indicados pela Administração, os itens contratados, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da ordem de compras;

6.4 - A CONTRATADA deverá entregar as notas fiscais em até dois dias para a gerência de Compras

6.5 - Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

6.6 - Responder perante a Administração, **mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO**, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;

6.7- Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes do fornecimento;

4.8- Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, e qualidade dos pneus e demais produtos ofertados, garantindo seu perfeito desempenho;

4.9 – Todos os pneus deverão ter garantia mínima de **06(SEIS) MESES**.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1-Emitir ordem de fornecimento estabelecendo quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.2-Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste processo licitatório;

7.3-Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao registro;

7.4-Efetuar o pagamento, a partir da apresentação da respectiva Nota Fiscal juntamente com as certidões negativas do FGTS, INSS e CNDT;

7.5-Designar, servidor gestor do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente;

7.6-Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA;

7.7-Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas na realização de prestação de serviço, para imediata correção;

7.8-Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do Objeto;

8. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada no prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contratante.

A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição e quantitativo dos serviços.

Deverá apresentar a Nota Fiscal de entrada do produto/prestação do serviço no ato da liquidação, procedimento de conferência, de acordo com o que determina a Lei 4.320/64, art. 3º, § 2º, I. Caso constatado alguma irregularidade nas **Notas Fiscais/Faturas**, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

A omissão de qualquer despesa necessária à entrega dos materiais será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas.

Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

- a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;
- b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;
- d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- e) Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

10. DAS PENALIDADES

O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Edital e da Ata de Registro de Preços sujeita a CONTRATADA, a juízo da administração, garantida a prévia e ampla defesa, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor contratado, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93, e ainda o que reza o artigo 7º da Lei 10.520/2002.

A multa prevista no item acima será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Órgão/Entidade e pode cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

Se a adjudicatária recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços e retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida a prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

c) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo de até 02 (dois) anos, e;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

A licitante, adjudicatária ou CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até dois anos, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

Caso a detentora da Ata, não possua nenhum valor a receber do Órgão/entidade adeso, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, respeitado o direito de ampla defesa, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do /Município, podendo, ainda o Órgão/entidade proceder à cobrança judicial.

Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 03(três) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

Serão publicadas as sanções administrativas previstas nesta seção, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO.

A aplicação das multas será feita pelos Órgãos/Entidades que fizerem adesão e o cancelamento e/ou suspensão pelo gestor da Ata de Registro de Preços.

De acordo com o estabelecido em lei, poderão ser acrescentadas sanções administrativas previstas em instrumento convocatório e no contrato.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial por Registro de Preços nº. 025/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III É vedado caucionar ou utilizar esta Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do órgão competente da administração.

13. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da comarca de São Romão/MG como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Romão/MG, 23 de setembro de 2021.

Marcelo Meireles de Mendonça.
Prefeito Municipal.

Sérgio Gontijo.
p/ Lider Pneus Ltda-EPP.

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____